



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS  
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL**

**RELATÓRIO DE EXAME TÉCNICO**

<b>N.º do Pedido:</b>	PI1005216-0	<b>N.º de Depósito PCT:</b>	-
<b>Data de Depósito:</b>	20/12/2010		
<b>Prioridade Unionista:</b>	-		
<b>Depositante:</b>	Universidade Federal de Minas Gerais (BRMG).		
<b>Inventor:</b>	Tarcisio Passos Ribeiro de Campos, Ilza Dalmázio		
<b>Título:</b>	"COMPOSTOS DE COORDENAÇÃO METAL-SACARÍDEO PARA TERAPIA E DIAGNÓSTICO"		

**SUBSÍDIOS**

**1) Introdução:**

O parecer de exigência formulado em 2º instância foi notificado na RPI nº 2753 de 10/10/2023. O parecer técnico em questão apontou que o pedido em tela apresentava certas irregularidades formais nas reivindicações, sendo feitas exigências técnicas a serem cumpridas pela Recorrente.

Por meio da petição INPI nº 870230108256 de 07 de dezembro de 2023, a recorrente, tempestivamente, apresenta sua petição de Cumprimento das Exigências.

**2) Análise e Avaliação das Alegações apresentadas na Manifestação ao Parecer Desfavorável em Grau de Recurso:**

Analizando as alegações apresentadas ressaltamos as seguintes questões:

*Sobre o quadro reivindicatório válido para efeito de exame técnico:*

Em sua petição de cumprimento de exigência, a recorrente apresenta um novo quadro reivindicatório (total de 11 reivindicações), no qual a nova reivindicação 1 foi reformulada atendendo as exigências emitidas no parecer técnico anterior, assim como foram incluídas duas reivindicações, mais especificamente as reivindicações 10 e 11, referentes ao uso dos compostos.

Quanto a esta inclusão voluntária dessas duas reivindicações de uso, é importante esclarecer que tais reivindicações representam acréscimo de matérias que não estavam inicialmente pleiteadas no quadro reivindicatório do pedido de exame, estando desacordo com o determina a atual LPI em seu artigo 32 (Resolução nº 093/2013). Cabe aqui também ressaltar que

o escopo de proteção de uma reivindicação de “Composto” é diferente de uma reivindicação de “Uso” e, desse modo, não são intercambiáveis.

Além disso, as novas reivindicações 10 e 11 referem-se ao uso dos compostos de coordenação metálicosacárido para terapia e diagnóstico, ou seja, tratam de métodos diagnósticos, que de acordo com o inciso VII do artigo 10 da LPI, não são consideradas invenções.

Por estes motivos, para que o presente pedido possa ter sua decisão de 1ª instância revertida, a Recorrente deverá apresentar um novo Quadro Reivindicatório, cumprindo a exigência formulada abaixo.

1. De modo a atender o disposto nos artigos 10 (VIII) e 32 da LPI, a recorrente deverá suprimir as reivindicações 10 e 11 do quadro reivindicatório trazido junto a petição de cumprimento de exigência (petição nº 870230108256 de 07/12/2023).

### **3) Conclusão:**

Tendo em vista as discussões exaradas anteriormente concluímos que as alegações do recorrente procedem parcialmente.

Dessa forma, as exigências formuladas no corpo deste parecer deverão ser devidamente cumpridas, estando a procedência do Recurso condicionada ao respectivo cumprimento dessas exigências no prazo de 60 (sessenta) dias da referida publicação.

Exigência [código 121].

Rio de Janeiro, 24 de Abril de 2024.

---

Fernando Tavares Consoni  
Pesquisador/ Mat. Nº 1568853  
Portaria INPI/PR Nº 210/15 de 01/07/2015  
CGREC/DIREP

---

Rockfeller Maciel Peçanha  
Coordenador Subst. / Mat. Nº 1547025  
Portaria INPI/PR Nº 192/2022  
CGREC/COREP

---

Heleno José Costa Bezerra  
Coordenador Técnico / Mat. Nº 15309321  
Portaria ME INPI/PR Nº 173 de 04/08/2022  
CGREC/COREP